



## Acampados têm 48 horas para sair do gramado do Congresso

Presidentes do Senado e da Câmara e governador do DF tomaram a decisão para evitar novos conflitos. Prazo será contado a partir da comunicação

**R**enan Calheiros, Eduardo Cunha e Rodrigo Rollemberg se reuniram ontem e anunciaram que os manifestantes que estão acampados no gramado do Congresso e na Esplanada dos Ministérios terão que desocupar esses locais. Na quarta-feira, defensores de uma intervenção militar atacaram integrantes da Marcha das Mulheres Negras e houve violência, o que motivou a decisão. Cunha disse que a desocupação não foi exigida para impedir manifestações ou para vedar ideologias, mas pela segurança dos manifestantes. Se a saída não for pacífica, a PM deverá tomar medidas para a retirada. **2**

Entre Cunha e Rollemberg, Renan anuncia a decisão sobre a medida de segurança



Jonas Pereira/Agência Senado

**Debate cobra mais segurança jurídica no setor público 6**

**Embaixadas em pequenos países causam polêmica 8**

**Relator quer impressão de votos na Constituição**

Decisão tomada pelo Congresso na quarta-feira deverá ser confirmada no texto da Carta Magna, segundo o senador Raimundo Lira, relator da reforma política na Comissão de Constituição e Justiça. Ele defende que a obrigatoriedade valha a partir das eleições de 2014. **4**

**Plenário aprova acordo com Japão na área penal**

Condenados poderão cumprir pena no país de origem, segundo projeto aprovado ontem pelo Senado. Também foi aprovado tratado com 79 países que facilita a distribuição de obras acessíveis a cegos. Votação de compensação a usinas pela escassez de chuvas foi adiada. **3**

**Depoentes frustram CPI do Carf ao ficarem em silêncio**



Pedro Franco/Agência Senado

O empresário Alexandre Paes dos Santos e o ex-integrante do Carf José Ricardo da Silva conseguiram habeas corpus no Supremo Tribunal Federal para não serem obrigados a falar à CPI. Relatório da comissão deve ser apresentado na próxima semana. **5**

Preso na Operação Zelotes, Santos recusa-se a responder a pergunta do senador Ataídes



Gerardo Magela/Agência Senado

Senadora Regina Sousa preside a audiência com as militantes negras na CDH

**Terceirização recebe críticas em Vitória**

O projeto sobre terceirização foi tema de mais uma audiência da Comissão de Direitos Humanos, promovida ontem no Espírito Santo. Os participantes criticaram a proposta de ampliar esse tipo de contrato de trabalho. **3**



Reinaldo Camargo/Alés

A assembleia capixaba recebeu a 24ª audiência sobre o tema

**Negras condenam preconceito e buscam protagonismo político**

Integrantes da Marcha das Mulheres Negras, ocorrida na quarta-feira, avaliaram ontem o movimento em debate no Senado. Elas lamentaram que o con-

fronto com manifestantes pró-impeachment acampados em frente ao Congresso tenha tido mais destaque na mídia do que as bandeiras das militantes. **7**

**Renan explica a jovens senadores rotina legislativa 4**

**Prefeitos pedem urgência em votação de 4 propostas 6**

**Presidente da Eletrobras não vai e audiência é cancelada 5**





PMs prendem autor de disparos: para governador Rollemberg, confrontos podem ter consequências imprevisíveis

## Renan e Cunha dão 48 horas para acampamentos saírem

Após conflitos entre grupos de manifestantes, presidentes do Senado e da Câmara e governador do Distrito Federal estabelecem prazo para desocupação do gramado em frente ao Congresso Nacional

OS GRUPOS DE manifestantes que estão acampados no gramado do Congresso Nacional e na Esplanada dos Ministérios terão 48 horas, depois de comunicados, para desocupar esses locais. A decisão foi tomada ontem em encontro entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg. O encontro ocorreu na Presidência do Senado.

Alguns grupos já estão acampados há semanas e a presença acabou gerando conflitos. Anteontem ocorreu o episódio mais violento, quando militantes que defendem a volta da ditadura militar atacaram membros da Marcha das Mulheres Negras.

Houve tiros, explosão de um pequeno artefato e agressões. O autor dos disparos, um policial civil, foi preso em flagrante pela Polícia Militar do Distrito Federal.

— Tivemos princípios de conflitos, situações muito ruins, e o governador nos comunicou a impossibilidade de manter a segurança e a ordem pública do jeito que as coisas estão ficando. Vamos pedir aos grupos que lá estão que, em um prazo de até 48 horas, possam se retirar para que a gente possa restabelecer a ordem. Não é por qualquer vedação à manifestação ou vedação a qualquer tipo de ideologia que está sendo expressada, mas pela incapacidade de garantirmos a segurança deles — disse Eduardo Cunha.

Os acampados na Esplanada dos Ministérios, próximos à Alameda das Bandeiras, entre o Itamaraty e o Ministério da Justiça, também terão 48 horas para sair, informou Rodrigo Rollemberg.

— Até aqui estávamos admitindo em respeito à liberdade de manifestação, mas, em função dos conflitos entre grupos que defendem pontos de vista

diferentes e os confrontos que podem ter consequências imprevisíveis, entendemos que é inadequada a permanência dos acampamentos — afirmou.

### Riscos

O governador disse não acreditar que esses grupos resistam à desocupação, pois eles não têm autorização para acampar ali.

— Se não saírem pacificamente, usaremos os meios necessários para fazer a desobstrução. A PM está acompanhando desde o início. Graças ao esforço da polícia militar, nós não tivemos conflitos maiores. A PM ontem [quarta-feira] conteve o confronto, mas a gente percebe que os riscos são cada vez maiores e, por isso, a necessidade de retirar os acampamentos. Vamos usar os meios necessários para fazer a desobstrução, dentro da lei e da Constituição. No máximo em 48 horas eles terão de deixar o local — disse.

### Delcídio comemora vitórias do governo no Congresso

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), comemorou ontem o resultado das votações do Congresso durante esta semana. Ele destacou as vitórias do Executivo com a manutenção dos vetos presidenciais às chamadas pautas-bomba e a aprovação de matérias como a do pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas do Instituto Aerus (PLN 2/2015).

— O Senado está avançando muito na Agenda Brasil. A realidade é que essa pauta começa a caminhar com o diálogo entre o governo e a oposição — disse Delcídio.



### Lindbergh elogia nova articulação política do Planalto

Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou ontem a articulação do governo federal com sua base para aprovação de medidas importantes no Congresso Nacional. O senador afirmou que as mudanças feitas na equipe de governo da presidente Dilma Rousseff possibilitaram os resultados alcançados no Legislativo nas duas últimas semanas.

— A entrada de Jaques Wagner e a entrada de (Ricardo) Berzoini restabeleceram aqui, no Parlamento, uma situação que, há muito tempo, não existia. E nós tivemos, nessas duas semanas, vitórias importantíssimas aqui no Congresso.



### Roberto Rocha cita índice de trabalho informal no MA

Roberto Rocha (PSB-MA) pediu ontem providências contra a crescente precarização do trabalho no Brasil, assinalando que as estatísticas são “constrangedoras” para o Maranhão.

O senador manifestou preocupação com os baixos índices de criação de empregos com carteira assinada, atualmente abaixo da meta estabelecida pelo governo federal.

— A meta do governo é louvável, mas faltam fiscais e auditores. A crise econômica agravou o quadro ao ampliar o desemprego e a precariedade nas relações de trabalho.



## Rádio Senado conta história da Revolta da Chibata, em 1910

A Rádio Senado veicula este fim de semana, em homenagem ao Dia da Consciência Negra, a reportagem especial “João Cândido presente”.

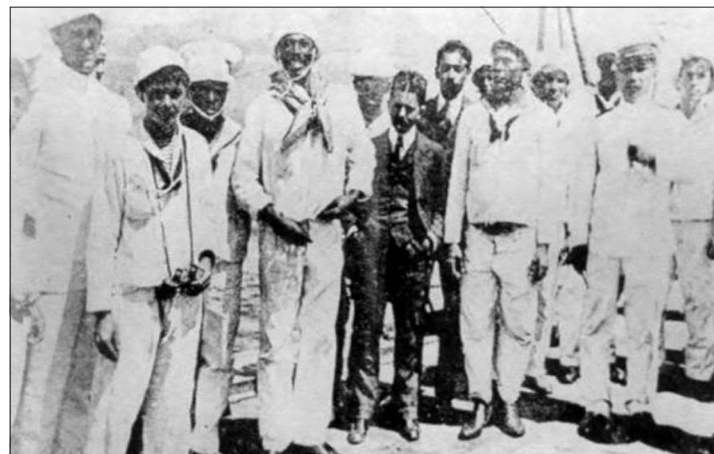
O material conta a história da Revolta da Chibata, em 1910, que abalou as estruturas de poder da República Velha e aboliu as punições por chibatadas contra marujos dentro da Marinha. O movimento foi liderado pelo marinheiro João Cândido.

Esse tipo de punição fazia parte do cotidiano do escalão hierarquicamente inferior da Força naquele período, como lembra o presidente da Co-

missão de Direitos Humanos, Paulo Paim (PT-RS), que foi entrevistado na reportagem. Um resquício do período escravagista, uma vez que quase todos os marujos eram negros vindos de famílias pobres.

— Estamos caminhando para que o povo tenha claro o quanto é importante a liberdade, o quanto é importante a democracia. Toda ditadura leva ao sofrimento de seu povo — disse o senador.

**JOÃO CÂNDIDO PRESENTE**  
 • hoje às 18h • amanhã às 10h  
 • domingo às 17h  
 Pela internet:  
[www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)



Marinheiros na Revolta da Chibata: liderança foi de João Cândido (4º à esq.)

## Donizeti Nogueira saúda Dia da Consciência Negra, celebrado hoje

Donizeti Nogueira (PT-TO) saudou o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado hoje.

Ele saudou os manifestantes de Tocantins que participaram da Marcha das Mulheres Negras, na quarta, em Brasília.

O senador criticou os conflitos durante a marcha e disse que a presença dos manifes-



tantes no local ameaça a democracia e o direito de locomoção das pessoas.

— Penso que é preciso uma saída negociada, levar o acampamento para onde ele pode ficar, não ali, naquele espaço, que está ferindo o direito de ir e vir das pessoas, que têm ali de estar presentes naquele lugar quando vêm a Brasília.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

#### PRESIDÊNCIA Programa Mulher em Ação

9h Lançamento do Programa Mulher em Ação, em Maceió.

#### JOVEM SENADOR Votação final

13h Votação final das propostas apresentadas pelos jovens senadores.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

#### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Senadores acataram ontem o texto de tratados com o Japão, sobre transferência de detentos, e com 79 países, para facilitar a distribuição de obras acessíveis a cegos

## Plenário aprova dois acordos internacionais

OS SENADORES APROVARAM em Plenário, ontem, projetos de decreto legislativo relativos a dois acordos internacionais que haviam passado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) também ontem, mas pela manhã.

O primeiro deles é o PDS 383/2015 sobre o tratado na área penal entre Brasil e Japão para permitir que condenados possam cumprir a pena em seu país de origem. A intenção é favorecer a ressocialização do criminoso, permitindo que pague a dívida com a Justiça perto dos familiares.

O país para onde o detento for transferido deverá respeitar a natureza e a duração da pena, que não terá a possibilidade de recurso. A mudança só poderá ocorrer a pedido do interessado.

Outra proposição aprovada, por meio do PDS 347/2015, foi o Tratado de Marrakech, que retira barreiras à distribuição e à reprodução de obras em formatos voltados a cegos e pessoas com algum tipo de deficiência visual ou dificuldade de acesso a impressos. O texto foi assinado em Marrocos em 2013 por 79 países.

A relatora do projeto na CRE, Marta Suplicy (PMDB-SP), lembrou que menos de 5% das obras publicadas no mundo estão disponíveis em formato apropriado para pessoas com deficiência.

### Barragens

Na abertura da sessão plenária, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou

os nomes dos integrantes da Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) será o presidente; Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o relator. Também integrarão o grupo Jorge Viana (PT-AC), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Wilder Moraes (PP-GO) e Rose de Freitas (PMDB-ES).

Os senadores aprovaram ainda o requerimento de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), pedindo a realização de uma sessão temática no Plenário para debater a crise hídrica nacional. A data e o horário da reunião ainda serão definidos pelo presidente do Senado.

### Cidadãs

Renan Calheiros anunciou o nome de Simone Tebet (PMDB-MS) para presidir o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A premiação é oferecida anualmente pelo Senado a pessoas que tenham dado contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e a questões do gênero no Brasil.

O conselho que vai analisar as indicações terá Fátima Bezerra (PT-RN), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Lasier Martins (PDT-RS), Wellington Fagundes (PR-MT), Hélio José (PSD-DF), José Medeiros (PPS-MT), José Agripino (DEM-RN), Fernando Collor (PTB-AL), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) como membros.



Nomes dos integrantes da Comissão da Política Nacional de Segurança de Barragens foram anunciados em Plenário

## Adiada votação de MP que compensa usinas

A pedido dos líderes partidários e do relator do texto, Eunício Oliveira (PMDB-CE), o Senado transferiu para terça-feira a votação do projeto de lei de conversão, resultante da Medida Provisória 688/2015, que compensa as usinas hidrelétricas pelo deficit na geração de energia em razão da escassez de chuva. O governo aguarda a votação da MP para reduzir as incertezas do leilão de hidrelétricas previsto para a próxima semana e poder arrecadar R\$ 11 bilhões este ano.

A MP 688 prevê novas regras para o leilão das usinas que não aderiram à prorrogação das concessões com redução de tarifas, proposta pela Lei 12.783/2013. O objetivo do governo é sair do deficit econômico registrado pela redução

na geração de energia, em razão da opção pelo uso de termelétricas para preservar o nível dos reservatórios.

Eunício definiu a MP como extremamente importante, mas ponderou que seria mais sensato votar a matéria na véspera do leilão.

O líder do Democratas, Ronaldo Caiado (GO), apoiou o adiamento da votação, alegando que a matéria poderá ser exaustivamente discutida na terça-feira, o que ele considera necessário em razão do poder que tem essa MP de reorientar a política do setor elétrico. Caiado lembrou que 29 hidrelétricas serão leiloadas e que isso requer uma reflexão mais profunda sobre o assunto.

Líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS)

destacou que essa MP é importante para o setor elétrico e que é fundamental para o país resolver o problema das geradoras. Ele explicou que, do ponto de vista hidrológico, “as geradoras têm problemas, sofrem e padecem de dificuldades que ultrapassam R\$ 20 bilhões”.

Depois que outros senadores se manifestaram apoiando o adiamento, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a matéria será votada na terça, quando a ordem do dia será antecipada das 16h para as 15h. Com isso, disse Renan, haverá quatro horas para a deliberação da proposta, antes que os senadores sigam para sessão do Congresso, marcada para as 19h do mesmo dia.

## Em Vitória, sindicalistas criticam projeto da terceirização

A 24ª audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre terceirização foi realizada ontem, em Vitória, com a Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales). Representantes de entidades sindicais, de movimentos sociais e do Ministério do Trabalho discutiram o projeto que objetiva permitir a terceirização de serviços até para as atividades-fim das empresas.

O PLC 30/2015 está em tramitação no Senado e o relator é o senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH. Já aprovado pela Câmara em abril, o projeto do deputado Sandro Mabel (PL-GO) foi criticado pelos participantes da audiência.

Paim disse que se o projeto for aprovado significará a volta à escravidão, pois ele rebaixa salários, retira direitos dos trabalhadores e aumenta o desemprego. Para o senador,

os 13 milhões de trabalhadores terceirizados é que precisam das garantias que têm os contratados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Ele destacou que a empresa Samarco terceiriza a maioria dos trabalhadores em atividade nas barragens, como a rompida na tragédia em Mariana (MG).

O deputado estadual Nunes (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ales,

pediu que as centrais sindicais e os senadores se unam em campanha de conscientização dos trabalhadores.

Maximiliano Garcez, do Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, afirmou que o projeto transforma o trabalhador em mercadoria.

— Ele pode ser descaracterizado. A capacidade da classe trabalhadora se organizar seria

destruída — disse.

Para Hugo Melo Filho, ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a proposta compromete a economia do país.

— Se a empresa que contrata serviço terceirizado gasta menos com mão de obra, é porque a empresa terceirizadora paga salários muito mais baixos a seus contratados — concluiu.

O representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Alcimar das Candeias, advertiu que há empresas terceirizadas que “desaparecem”.

— Abandonam os trabalhadores sem pagar seus salários, deixando-os sem ter a quem recorrer. E as tomadoras dos serviços alegam que já pagaram à prestadora — denunciou.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Energia, Edson Wilson, disse que os jovens aprendizes sofrerão com a diminuição da necessidade de mão de obra qualificada e da oferta de capacitação e que as pessoas com deficiência serão ainda mais prejudicadas, já que as empresas não cumprirão a Lei de Cotas.

Valnete Freitas, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, disse que oito de cada dez acidentes de trabalho são com terceirizados, pelas condições precárias.



No Espírito Santo, Paulo Paim (6º à esq.) preside audiência sobre contratos de terceirização e relações de trabalho



Relator da PEC na Comissão de Constituição e Justiça, Raimundo Lira afirmou que reforma deverá ratificar decisão de antontem do Plenário do Congresso, quando veto ao voto impresso foi derrubado

## Impressão de voto estará na Constituição, diz relator

O SENADOR RAIMUNDO LIRA (PMDB-PB) afirmou ontem que a PEC da Reforma Política, da qual ele é relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deve inserir na Carta Magna a obrigatoriedade do voto impresso.

A exigência já está prevista em lei (Lei 13.165/2015), depois que o Congresso Nacional

derrubou, antontem, o veto da Presidência da República à impressão de votos.

O relatório do senador à PEC 113/2015 prevê que, no processo de votação eletrônica, a urna vai imprimir o registro de cada voto que será depositado, sem contato manual do eleitor, em um local previamente lacrado.

O processo de votação só será concluído depois que o eleitor confirmar a correspondência entre o voto que aparece na tela e o documento impresso. A proposta de Lira é para que a obrigatoriedade da impressão passe a valer a partir das eleições de 2018.

— Sabemos que o voto eletrônico no Brasil foi um grande avanço, um sistema muito prático, muito moderno, mas ele precisava ser complementado — defendeu.

Ele explicou que os técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) argumentaram ser impossível adotar o novo sistema no pleito do ano que vem.

Nas eleições de 2014, de acordo com o TSE, havia 142.822.046 eleitores aptos.

Foram usadas 532.705 urnas eletrônicas. O tribunal estima em R\$ 1,8 bilhão o custo para a implantação do voto impresso.



Para Raimundo Lira, voto impresso deve estar previsto na Constituição

## Comissão pode votar cláusula de barreira e fim da reeleição

O relatório de Raimundo Lira para a reforma política já está pronto para ser votado na CCJ.

Um dos destaques da chamada PEC da Reforma Política é o fim da reeleição para os cargos do Poder Executivo, mas há outros pontos importantes, como a impressão de votos e a criação de uma cláusula de barreira de 5% para atuação dos partidos na Câmara dos Deputados.

Assim, se a proposta se transformar em emenda à Constituição, ficarão inelegíveis para os mesmos cargos, no período imediatamente subsequente, o presidente da República, governadores e prefeitos. A mesma vedação valerá para quem substituir essas autoridades nos seis meses antes das eleições. A regra não vale para prefeitos eleitos em 2012 e governadores eleitos em 2014.

— Nossa convicção é a de que foi um equívoco termos alterado nossa tradição, adotada desde o início da República, que veda ao chefe do Poder Executivo pleitear a reeleição no pleito subsequente ao que o elegeu. Estamos certos de que a grave crise política hoje vivida pelo país não estaria ocorrendo se tivéssemos mantido a opção original da República, ratificada pela Constituição de 1988 — argumentou Lira.

O senador disse que o texto original, já aprovado na Câmara, previa 11 mudanças

na Carta. Dessas, ele manteve três: o fim da reeleição, a obrigatoriedade da impressão de votos e uma janela partidária.

A proposta determina que os detentores de mandatos poderão trocar de partido até 30 dias após a promulgação da PEC sem riscos de perder o mandato. A desfiliação, no entanto, não vai ser considerada para o cálculo do dinheiro do Fundo Partidário nem para o tempo de rádio e televisão.

O relatório prevê outras mudanças para a fidelidade partidária. Lira considerou importante deixar expresso na Constituição que os eleitos pelo voto majoritário (presidente, governador, senador e prefeito) não perdem o mandato se trocarem de legenda. A mesma regra poderá valer para os eleitos pelo voto proporcional que tiverem votação igual ou maior do que o quociente eleitoral.

### Doação de empresa

O relatório segue o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e não permite a doação de empresas e demais pessoas jurídicas a campanhas, candidatos ou partidos políticos.

— Concordamos com o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de diversas outras entidades representativas da sociedade brasileira, ratificado pelo

Supremo, no sentido de que eleição é matéria que deve ficar restrita à cidadania — afirmou.

As contribuições só poderão ser feitas por pessoas. Segundo o texto, o limite das doações será de 50% dos rendimentos brutos do ano anterior às eleições. Ainda assim, nem todo mundo poderá doar. Os donos ou sócios cotistas de empresas que tenham contratos com estados ou municípios não poderão contribuir para eleição de governador ou prefeito.

### Excesso de partidos

Lira defende a redução do número de partidos. Para ele, não é mais possível a convivência da democracia com a “pulverização partidária hoje existente”. Hoje, há 35 legendas partidárias no país.

— Propomos uma cláusula de barreira para reduzir com eficácia a quantidade de partidos no Congresso. Diversos países adotam essa cláusula para permitir a governabilidade e evitar que o governo seja paralisado por interesses minoritários — afirmou.

A proposta é que apenas terá direito a funcionamento parlamentar o partido que, em cada eleição para a Câmara, obtiver, no mínimo, 5% dos votos válidos. Lira informou que esse é o percentual adotado na Alemanha. A Turquia, por sua vez, lembra o senador, tem uma cláusula de barreira de 10% dos votos válidos.



Renan explica a jovens senadores a rotina de trabalhos do Senado

## Renan recebe participantes do Projeto Jovem Senador



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem os estudantes que participam do Projeto Jovem Senador. Ele falou sobre o processo legislativo e a rotina de trabalho do Senado.

— Estou um pouco rouco porque ontem [quarta-feira, 18] conduzi uma sessão que durou cerca de 12 horas. Foi uma sessão longa, mas graças a Deus deu tudo certo — disse Renan, que também explicou como funciona a tramitação de uma proposta até a fase da análise dos vetos, que ocasionalmente são feitos pelo presidente da República.

O presidente do Senado, que dirige as sessões do Congresso, lembrou que há algum tempo não havia prazo para a apreciação dos vetos, frisando que agora, se não forem votados em 30 dias, passam a trancar a pauta do Congresso.

— Ou seja, a gente não vota mais nada até analisar os vetos.

Renan também falou sobre o cenário econômico e os aspectos das leis atuais.

— Estamos fazendo a nossa parte, reformando códigos. O Código Penal, por exemplo, é de 1940 e não trata de muitos crimes com os quais a sociedade se debate todos os dias.

A secretária de Comunicação Social do Senado, Virgínia Malheiros Galvez, também esteve presente e destacou a importância da aproximação dos jovens com o Parlamento:

— Eles têm um efeito multiplicador junto à comunidade, escola, família, amigos — disse Virgínia.

### Concurso

Desde 2011, o Projeto Jovem Senador, uma parceria entre a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria de Relações Públicas, órgão da Secretaria de Comunicação Social, traz ao Senado alunos do ensino médio de escolas públicas estaduais vencedores do concurso de redação.

A Secretaria de Educação de cada estado seleciona três redações. Uma comissão julgadora do Senado seleciona a melhor de cada estado e, ao final, os três melhores. Os 27 vencedores ganham uma viagem a Brasília e o “mandato” de senador por uma semana.

O tema deste ano foi “Participação política: no Parlamento, nas ruas e nas redes sociais”. O primeiro lugar ficou com Mariana Souto Pimenta, de Passos (MG); o segundo, com Eduarda Moura Pinheiro, de Cruzeiro do Sul (AC); e o terceiro, com Maria Clara Prado Bezerra Nogueira, de Aracaju (SE).

(Da Assessoria da Presidência do Senado)

## Estudantes votam hoje propostas que podem virar projetos de lei

Os 27 estudantes que participam do Projeto Jovem Senador 2015 continuaram ontem a análise das propostas que serão votadas hoje no Plenário, às 13h.

As sugestões que os jovens senadores aprovarem devem ser analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As que forem acolhidas tramitarão como

projetos de lei.

Os estudantes debatem propostas em comissões desde quarta-feira. Uma delas propõe que experiências extracurriculares, como serviço voluntário, possam contar em processo seletivo de universidades. Outra trata da obrigatoriedade da comprovação da procedência da madeira nativa usada em obras públicas.



O empresário Alexandre Paes dos Santos e o ex-conselheiro José Ricardo da Silva conseguiram habeas corpus no STF. Senadora quer apresentar relatório na próxima semana

# Investigados ficam em silêncio na CPI do Carf

DOIS DOS PRINCIPAIS investigados na Operação Zelotes, da Polícia Federal, optaram ontem por ficar em silêncio na CPI que apura irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O empresário Alexandre Paes dos Santos e o ex-conselheiro do órgão José Ricardo da Silva apresentaram habeas corpus concedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) garantindo-lhes o direito de permanecerem calados. Ambos estão detidos preventivamente em Brasília.

Santos, que atua como lobbista de diversas empresas na capital federal, disse que não tem interesse em aderir a uma delação premiada. Ele não quis responder se conhecia o empresário Luís Cláudio Lula da Silva (filho do ex-presidente Lula) e negou que tenha estado alguma vez com o ex-ministro da Casa Civil Gilberto Carvalho. O depoente disse “não ter nada a ver com Carf”.

— Nunca fui nem trabalhei lá — acrescentou.

O empresário vem sendo investigado por tráfico de influência na edição de medidas provisórias (MPs) que favoreceram setores como o automotivo. Com base em documentos recebidos pela CPI, o presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse estar convencido de que houve a venda de três MPs entre 2009 e 2014.



Senador Ataídes faz uma pergunta ao empresário Alexandre Paes dos Santos, que está detido preventivamente em Brasília, assim como José Ricardo da Silva



Fotos: Pedro França/Agência Senado

O senador lamentou que a base do governo tenha barrado a vinda de depoentes que, no seu entender, estariam ligados ao caso e não descarta que seja aberta uma nova CPI no próximo ano para aprofundar as investigações sobre o assunto.

Na opinião da relatora da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), APS — como Santos é também conhecido — e Silva atuavam no centro do esquema de corrupção no conselho.

## Relatório

Em entrevista após a reunião, Vanessa informou que estuda propor um novo modelo de funcionamento para o Carf. O relatório dela deve ser divulgado na próxima semana, dependendo apenas de um entendimento com Ataídes.

A senadora defende que o órgão funcione apenas com servidores indicados pelo governo. Atualmente, metade dos integrantes são indicados por confederações patronais, que representam as empresas privadas.

Vanessa não está convencida quanto à conveniência da proposta de Ataídes de tornar obrigatório o preenchimento das vagas do Carf por concurso público.

A relatora também considera crucial que, no novo modelo da instituição, sejam definidos prazos claros de julgamento para todos os processos.

Segundo ela, o caso do Carf “apresenta desvios de recursos públicos num âmbito bem superior à Lava-Jato” — operação da Polícia Federal que apura a corrupção na Petrobras.

## Ataídes rebate críticas feitas pelo presidente do Supremo

Durante o depoimento do empresário Alexandre Paes dos Santos, Ataídes Oliveira criticou o comentário feito na semana passada pelo presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, sobre o trabalho das comissões parlamentares de inquérito.

Segundo Lewandowski, as investigações em CPIs no Congresso são conduzidas por amadores.

Para Ataídes, o presidente do STF extrapolou as atribuições ao fazer publicamente juízo de valor a respeito de atividades desenvolvidas por outro Poder.

— Atenha-se às suas funções na Suprema Corte — disse o senador.

O senador disse respeitar o ministro e pediu respeito a Lewandowski.

De acordo com o presidente da CPI do Carf, o poder de investigação das comissões parlamentares de inquérito é significativamente limitado devido ao preceito constitucional que permite aos depoentes não produzirem provas contra si.

Os acusados, disse Ataídes, recusam-se a colaborar, não respondendo aos questionamentos feitos pelos parlamentares.

Foi o caso, ontem, do empresário Alexandre Paes dos Santos e do ex-conselheiro do Carf José Ricardo da Silva.

## Cancelada audiência por ausência de presidente da Eletrobras



Caiado (D) conversa com convidados que compareceram ontem à audiência

Ronaldo Caiado (DEM-GO) cancelou a audiência pública que estava agendada ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre a instalação de linha de transmissão de energia elétrica da subestação Carajás, em Goiânia. O cancelamento ocorreu por causa da decisão do presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, de ser representado no debate pelo diretor de Transmissão da empresa Centrais Elétricas

de Goiás (Celg), Humberto Corrêa.

Conforme Caiado, houve quebra de acordo. Ele disse que o convite a Carvalho foi fruto de entendimento na comissão, para evitar a convocação do ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga.

— Vou cobrar o cumprimento do acordo na terça-feira, na reunião da CMA — disse o senador.

De acordo com Caiado, a

população teme que a proximidade de áreas urbanizadas com linhas de transmissão aumente a incidência de câncer.

O senador afirma que a obra da subestação foi interrompida no ano passado, mas foi retomada este ano, após a assinatura de termo de ajuste de conduta entre o Ministério Público de Goiás e a Celg Distribuição. Caiado questiona o acordo e cobra esclarecimentos da Eletrobras.

## Raupp pede que seguro-defeso seja pago a pescador artesanal

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que o seguro-defeso precisa ser pago a quem de direito, ou seja, aos pescadores artesanais que não podem pescar durante o período de reprodução dos peixes. A preocupação de Raupp é com o corte, estabelecido pelo governo, no pagamento dos benefícios.

Ele comunicou que é o relator, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de projeto (PDS 384/2015) que suspende os efeitos de portaria do governo. A portaria interrompe, por 120 dias, o pagamento do seguro-defeso para que seja feito recadastramento dos pescadores.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Dário alerta para demora no enfrentamento da crise

Dário Berger (PMDB-SC) chamou a atenção para as consequências da crise econômica, que, segundo ele, colocam o país diante de “um abismo jamais visto na história”. O senador acredita que as dificuldades na economia serão duradouras e a situação exige mudanças rápidas e corajosas.

Para Dário, os senadores precisam ter consciência de sua importância na busca de unidade nacional.

— Precisamos agir rápido. Cada dia que passa é um dia perdido. Sem um plano de união nacional, não sairemos da crise que se agrava a cada dia. Pois o retrato do Brasil de hoje é particularmente delicado.

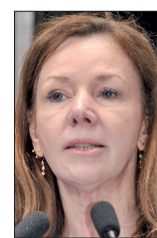


Waldemir Boreto/Agência Senado

## Vanessa defende cobrança de taxa de serviços pela Suframa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a aprovação de projeto dela que institui a taxa de serviços administrativos, cobrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A taxa é referente à vistoria de mercadorias destinadas às empresas do Polo Industrial de Manaus.

Segundo ela, a taxa já era cobrada, mas, em 2012, uma empresa ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal alegando ser ilegal a cobrança. Esta semana o STF julgou procedente a ação. A senadora advertiu que a União pode deixar de arrecadar recursos para obras de melhorias na região do polo industrial.



Waldemir Boreto/Agência Senado



# Debate sugere regras claras para gestor público

Comissão de Constituição e Justiça discutiu em audiência ontem projeto que busca dar maior segurança jurídica e eficiência às decisões tomadas pelos administradores

SEGURANÇA JURÍDICA E eficiência na aplicação do direito público foram o foco de audiência ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No encontro, foi debatido projeto de lei (PLS 349/2015) de Antonio Anastasia (PSDB-MG) que insere essas diretrizes na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/1942). A proposta tem Simone Tebet (PMDB-MS) como relatora.

— O projeto se inspirou em uma contribuição da Sociedade Brasileira de Direito Público e tem o objetivo de suprir a grande deficiência da administração pública, que é a segurança jurídica, quer para o gestor, quer para o cidadão — disse Anastasia.

Na avaliação do ex-consultor-geral da União Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, o ponto mais “emblemático e inovador” do projeto está no artigo 27. Esse dispositivo estabelece que o agente público responderá pessoalmente por decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro, mas ressalva não se considerar erro grosseiro ato



Relatora da proposta de Anastasia, Simone Tebet conduz o debate com Danilo Takasaki, Alexandre Curvelo e Arnaldo Godoy

baseado em orientação geral ou jurisprudência. O texto assegura ainda ao agente sob suspeição o apoio da instituição pública a que estiver ligado.

— O burocrata brasileiro hoje vive sob um obsessivo modelo de controle, o que faz com que cada um pense 200 vezes antes de lançar assinatura em qualquer documento. Ele é fiscalizado por um sem número de órgãos e, para que possa colocar sua assinatura [em um documento], precisa contar com uma zona de conforto densa para

assumir os próprios atos. O controle é necessário, mas o servidor também precisa de um referencial normativo para que possa exprimir opiniões com independência — disse Godoy.

As impressões do ex-consultor-geral da União sobre o PLS 349/2015 foram endossadas pelo procurador do Banco Central Danilo Takasaki Carvalho, representante do Ministério da Fazenda.

— É importante dar mais segurança jurídica ao Estado e a particulares sobre a aplicação do direito. Existe uma cultura

de olhar para o burocrata e achar que é culpado de tudo, seja porque agiu ou se omitiu. No momento em que existe a possibilidade de tomar decisões que podem gerar responsabilização, a tendência é de tentar evitar [o risco] e sair da situação — reconheceu Takasaki.

Para o advogado Alexandre Curvelo, representante da Confederação Nacional de Municípios, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro não seria a instância adequada para tratar da responsabilização do agente

público. Como exemplo, citou o artigo 24 do PLS 349/2015, que admite a abertura de ação declaratória de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa no regime da ação civil pública por razões de segurança jurídica de interesse geral.

— O artigo 24 tem questão relacionada a matéria processual, e não de âmbito das normas de introdução ao direito — observou Curvelo.

Na condição de ex-prefeita de Três Lagoas (MS), a relatora disse ter “pensado duas vezes” no momento de assinar documentos municipais. A dúvida era motivada pelo risco de ser responsabilizada por algum ato administrativo adotado mesmo sem dolo ou culpa.

— Não temos a segurança de fazer aquilo que devemos fazer e, com essa temeridade, podemos deixar de fazer o que é certo. O que precisamos neste momento no país é equilíbrio entre a legalidade e a eficiência na gestão pública. Elas terão que ser sinônimos neste projeto — sustentou Simone.

## Comunicação pública será tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública na segunda-feira sobre os desafios da comunicação pública e dos direitos humanos nas TVs abertas e por assinatura no Brasil.

Também serão discutidas as providências que podem ser tomadas para sanar os problemas no setor apontados pela população.

A iniciativa do debate é do senador Hélio José (PSD-DF), que destacou os inúmeros avanços da comunicação brasileira nos últimos anos — seja com o advento da televisão digital, com a popularização dos smartphones ou com a extensão da banda larga.

“Uma audiência pública

como essa vai fortalecer dispositivo da Constituição que prevê a complementaridade da comunicação pública estatal e privada no Brasil, com repercussão imensa para a vida do país”, argumenta o senador na justificativa do requerimento para realizar o debate.

Para participar da audiência, foram convidados o presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Israel do Vale, que também comanda a Rede Minas; o presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), Paulo Miranda; o assessor especial da Telebras, Duílio Monroy; a vice-presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas

(Astral), Evelin Maciel; o superintendente-executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), André Barbosa; e o assessor do secretário-executivo do Ministério das Comunicações Octávio Penna Pieranti.

Foram convidados ainda representantes da Agência Nacional do Cinema (Ancine), da Associação Brasileira da Televisão Universitária (ABTU), do Ministério da Cultura e da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República.

A audiência pública da CDH terá início às 9h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Prefeitos buscam apoio de Renan para aprovar benefícios a cidades

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Marcio Lacerda. O objetivo da visita é reforçar a urgência na votação de quatro itens de interesse dos municípios. Para garantir mais recursos, os prefeitos reivindicam a votação do projeto de ajuste do ISS, que a Câmara já aprovou e aguarda a apreciação dos senadores; o que altera regras do Supersimples; a proposta de emenda à Constituição dos precatórios; e o projeto de lei que permite aos municípios realizarem operações de crédito internacionais.

A FNP propõe que, caso o projeto de lei de repatriação de dinheiro enviado por

brasileiros ao exterior e não declarado seja aprovado, que a multa aplicada pelo governo federal seja distribuída entre a União (50%), estados (25%) e municípios (25%).

Renan Calheiros garantiu aos prefeitos que os temas serão tratados com prioridade e que vai buscar com os líderes partidários o consenso para agilizar a apreciação das propostas. Participaram do encontro os prefeitos de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho; de Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela; de Jabotão dos Guararapes (PE), Elias Gomes; e o líder do governo no Senado, senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)





Vilma Reis, Clátia Vieira, senadora Regina Sousa, Sônia Terra e Dora Bertúlio: não há negras dirigindo empresas públicas

## Mulheres negras pedem mais espaço na política

Audiência na Comissão de Direitos Humanos avaliou marcha realizada na quarta-feira. Participantes de movimentos criticaram o racismo e o sexismo na mídia e o aumento da violência e dos homicídios

UM DIA APÓS a Marcha das Mulheres Negras, que reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília, as participantes da caminhada contra o racismo e a violência cobraram mais protagonismo político e visibilidade durante audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O fim do racismo e do sexismo reproduzidos nos veículos de comunicação e mais participação de negros em cargos de direção de órgãos públicos também foram reivindicações durante o debate. Para Clátia Regina Vieira, coordenadora da marcha, “o conservadorismo do Congresso impede o avanço de políticas públicas e leis que permitam mais ascensão social dos negros”.

— O Legislativo que temos hoje tem, em suas ações, nos excluído, nos prejudicado e nos deixado à margem. Não vamos mudar a vida das mulheres negras, a vida do povo negro, se não ocuparmos cadeiras no Legislativo — avaliou.

Mesmo sendo maioria da população (52%), os negros

ocupam poucos cargos de direção em empresas e órgãos públicos. “A situação das cerca de 50 milhões de mulheres negras do país é ainda mais complicada”, apontou a ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia, Vilma Reis.

— Nas 50 maiores empresas públicas e de capital misto do Brasil, é uma vergonha. Não há mulher negra nas gerências e diretorias — criticou.

### Violência

A marcha fez parte das comemorações pelo Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Uma das preocupações destacadas pelas manifestantes foi que, segundo o *Mapa da Violência 2015*, o homicídio de mulheres negras entre 2003 e 2013 aumentou 54,2%, enquanto o número de brancas assassinadas caiu 10%. Em 2013, foram 2.875 mulheres negras mortas de forma violenta.

A procuradora-geral da Fundação Palmares, Dora Bertúlio, disse que os veículos

de comunicação reforçam a imagem de que a população negra é subalterna.

A presidente do Instituto da Mulher Negra do Piauí, Sônia Terra, lamentou que o confronto entre participantes da Marcha das Mulheres Negras e manifestantes pró-impeachment acampados em frente ao Congresso tenha tido mais destaque na mídia do que as bandeiras das militantes.

— A visibilidade foi dada pelas balas que nos desestruturam. A mídia ignora e desrespeita a maioria da população — afirmou.

Dois policiais civis foram presos após o incidente.

Regina Sousa (PT-PI), que presidiu a reunião na CDH, cobrou a retirada dos manifestantes que pedem a saída de Dilma Rousseff da Presidência da República.

— São guardiões do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e estão ali para intimidar, amedrontar. Vamos tirar aquele acampamento — disse a senadora.

## CPI debate na Bahia o assassinato de jovens

A CPI que investiga o assassinato de jovens promove audiência pública na segunda-feira, em Lauro de Freitas, na Bahia, para debater a violência e o homicídio de menores no estado.

Em audiência da CPI no mês passado, o secretário da Segurança Pública da Bahia,

Maurício Teles Barbosa, afirmou que o tráfico é responsável por mais de 50% dos assassinatos de jovens no estado. A Bahia registra índice de 37,4 assassinatos para cada 100 mil habitantes.

O debate foi requerido pela presidente da comissão, Lídice da Mata (PSB-BA). A reunião

está marcada para as 10h, no Cine Teatro Lauro de Freitas. Foram convidados representantes da secretaria estadual de Segurança, das polícias civil e militar, do Ministério Público e um juiz de vara de infância.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Associativismo é tema de audiência na terça

Os objetivos do Movimento Nacional Pró-Associativismo serão tema de audiência pública na terça-feira, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O requerimento para o debate é do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente do colegiado.

A audiência será interativa, com possibilidade de participação popular.

Foram convidados representantes do Movimento Nacional Pró-Associativismo, do Clube de Assistência aos Proprietários de Veículos Automotores, da Associação dos Condutores de Veículos do Brasil e da So-

cidade Brasileira de Direito Médico e Bioética. Também devem participar membros da CUT, da Federação das Associações de Benefícios de Goiás e da Federação Nacional das Associações de Benefícios.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Regina lamenta tratamento da mídia para manifestação

Regina Sousa (PT-PI) lamentou que a imprensa tenha ignorado as reivindicações da Marcha das Mulheres Negras, ocorrida na quarta em Brasília.

Segundo a senadora, o conflito entre as participantes e um grupo de pessoas acampado em frente ao Congresso foi o único destaque dado.

Regina ressaltou que as manifestantes chamaram a atenção para o racismo. Segundo ela, o problema se revela em diversos momentos

do cotidiano, caso do aumento do número de mortes no parto de mulheres negras, da intolerância com os que professam religiões de origem africana, da falta de discussão do Estatuto da Igualdade Racial nas escolas e do assassinatos de jovens negros no país.

— Eu tenho o exemplo de mim mesma, que, quando me tornei senadora, recebi de uma pessoa um cartão de um cabeleireiro para dar um jeito no meu cabelo. E eu respondi que o meu cabelo estava no jeito.

## Gleisi quer mudar pagamento de salário-maternidade

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu ontem em Plenário projeto de lei apresentado por ela que modifica a forma de pagamento de salário-maternidade às empregadas de micros e pequenas empresas.

A proposta (PLS 732/2015) estabelece que, diferentemente do que ocorre nas grandes empresas, que adiantam à trabalhadora o salário-maternidade e depois são ressarcidas pela Previdência



Waldeir Barreto/Agência Senado

Social, as micros e pequenas não terão que adiantar nada, ficando o pagamento diretamente a cargo do INSS.

De acordo com a senadora, as micros e pequenas empresas têm dificuldade para fazer o pagamento e podem ter prejuízo e até fechar. Por isso mesmo, assinalou Gleisi, há uma grande discriminação para contratação de mulheres em idade fértil.

## Telmário rejeita alteração na demarcação de terra indígena

Telmário Mota (PDT-RR) criticou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que tramita na Câmara e transfere para o Poder Legislativo a prerrogativa de decidir sobre a demarcação de terras indígenas.

A PEC tem forte resistência das populações indígenas, cujos representantes, das galerias do Plenário, apoiaram o pronunciamento do senador.



Jefferson Ruy/Agência Senado

A atribuição para demarcação atualmente é do Poder Executivo, que, disse Telmário, tem condições técnicas e isenção para isso. Para ele, a mudança atende

os interesses dos ruralistas e prejudica os índios.

— Os povos indígenas estão apenas de pires na mão, pedindo a compreensão para poder sobreviver na forma mais primitiva possível — afirmou.

## Para Elmano, país precisa de solução definitiva contra seca

Elmano Férrer (PTB-PI) lamentou o agravamento da crise hídrica no país, citando especialmente a recorrência da seca no Nordeste. Também avaliou que o Estado brasileiro não faz o suficiente para enfrentar o problema.

Na opinião dele, a crise no abastecimento de água em São Paulo ganha maior destaque pela aparência de ineditismo, mas a estiagem no Nordeste está cada vez mais crítica e dramática.



Waldeir Barreto/Agência Senado

O senador denunciou o “martírio da seca no Piauí”, onde 90% dos municípios estão em estado de emergência. Ele cobrou o uso da tecnologia e o emprego

mais eficiente dos recursos para melhorar as condições de convivência com seca. Elmano criticou o custo de operações paliativas, como a distribuição de água em carros-pipa.

— Chegou o momento de darmos um basta a esse problema secular — declarou.



Durante sabatina de indicados às representações na Tanzânia, São Vicente e Granadinas e Marrocos, senadores questionaram custo de postos em países pouco expressivos

# Manutenção de embaixadas gera polêmica

A MANUTENÇÃO DE embaixadas do Brasil em países de pouca expressão política e econômica foi discutida ontem durante sabatina de diplomatas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Senadores questionaram se seria justificável, em momentos de crise como o atual, gastar recursos com essas representações.

A CRE sabatinou Antônio José Rezende de Castro, indicado para embaixador em São Vicente e Granadinas; Carlos Alfonso Iglesias Puente, para a Tanzânia, cumulativamente com Comores e com Seychelles; e José Humberto de Brito Cruz, para Marrocos. As indicações foram aprovadas e serão analisadas agora pelo Plenário.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que tem questionado a criação de embaixadas em países que não comportariam a abertura desse tipo de representação por não terem expressão internacional ou

interesse comercial relevante.

— Isso começou com o governo Lula. Diziam, na ocasião, que um dos motivos para essa abertura era que o Brasil contraria com os votos desses países para um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que, lamentavelmente, não ocorreu — disse.

Lasier Martins (PDT-RS) afirmou ainda que São Vicente e Granadinas tem território “minúsculo” e apenas 100 mil habitantes.

— Há embaixadas e consulados brasileiros no exterior que não conseguem pagar nem o aluguel das sedes onde estão instalados — acrescentou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) reconheceu que há limitações de recursos que devem ser levadas em conta, mas argumentou que o Brasil deve ter relações com todos os países, independentemente de tamanho do produto interno bruto (PIB) ou da população.

Cristovam lembrou que Fernando Henrique Cardoso,



Iglesias Puente, Aloysio Nunes Ferreira, Rezende de Castro e Brito Cruz em reunião da Comissão de Relações Exteriores

quando presidente, fechou a embaixada na Tunísia por razões financeiras. Mas, posteriormente, a representação foi reaberta.

— Essa é uma posição difícil. Mas é uma opção de política externa. Acho que a gente tem que discutir isso mais com o ministro [das Relações Exteriores, Mauro Vieira] que com o indicado a embaixador. Ele

não é culpado de haver ou não embaixada. Ele vai cumprir a sua função ali. Sugiro uma audiência sobre o tema — disse.

O presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), informou que Mauro Vieira participará de reunião na comissão no dia 24.

— Será a oportunidade para discutir esse assunto e outros que têm causado polêmica, como o Acordo Transpacífico e as dificuldades do Mercosul.

Assim, o Brasil tem representações diplomáticas em todas as 16 capitais caribenhas.

Para o embaixador, nenhum desses países deve ser considerado individualmente, mas em conjunto, e a presença permanente do Brasil “tem gerado interesses comerciais relevantes”. Ele informou que o Brasil não participa do maior empreendimento nacional de São Vicente, que é o Aeroporto de Argyle. Afirmou, porém, que a manutenção dessas embaixadas é barata se comparada com o custo político e econômico de eventualmente desativá-las.

Rezende de Castro observou que o Brasil pagou um preço alto, política e economicamente, pela decisão de fechar e posteriormente reabrir as embaixadas na Tunísia e na Tanzânia, na década de 90.

A manutenção de embaixadas em países de pouca expressão política e econômica foi questionada também por Antonio Anastasia (PSDB-MG), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Ana Amélia (PP-RS).

## Acordo de Marrocos com o Mercosul é questionado

Um dos temas abordados pelos senadores com Brito Cruz, indicado para Marrocos, foi o acordo assinado pelo país com o Mercosul em 2004. Desde então, as partes estão em fase de elaboração de listas de pedidos de preferências tarifárias. A demora tem alimentado a especulação de que Marrocos não tem mais interesse no Mercosul pelos acordos que celebrou com os Estados Unidos e a Europa.

Brito Cruz disse que um dos principais desafios que enfrentará na embaixada, caso seja aprovado, será “le-

var adiante a implementação desse acordo”, que prevê inclusive o estabelecimento de uma área de livre comércio entre Mercosul e Marrocos. O diplomata considerou importante porque alguns produtos, como o açúcar, sofrem pesadas taxações.

### Petrobras

Iglesias Puente, questionado por Lasier sobre a presença da Petrobras na Tanzânia, informou que a estatal brasileira não entrou sozinha naquele país, mas em associação com a Shell e com a norueguesa

Statoil. Depois, fez um acordo com o banco BTG, criando a Petan, a Petrobras Tanzânia. Segundo o diplomata, ela está atuando ativamente na exploração de gás no país.

Iglesias Puente disse não ter notícias de que a empresa esteja em dificuldades nessa atividade na Tanzânia, embora tenha conhecimento de que a Petrobras já se retirou de alguns países africanos, como Angola e Benin. Ele ressaltou que a presença da Petrobras lá é muito importante para dinamizar a aproximação comercial.

### Expansão

Rezende de Castro lembrou que, entre 1943 e 1985, o Brasil abriu representações diplomáticas nos países caribenhos de maior expressão, como Cuba, República Dominicana, Haiti, Trinidad e Tobago e Guiana.

Com a expansão da rede diplomática nos dois mandatos de Lula, foram criadas, a partir de 2005, embaixadas nos oito países caribenhos sem representação residente: Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas.

## Benedito critica governo por “improviso” para enfrentar seca

Benedito de Lira (PP-AL) disse ontem que o Nordeste tem sido vítima de políticas improvisadas do governo. O senador ressaltou que a precariedade econômica, a falta de preparo e a ausência de infraestrutura vêm causando grande sofrimento à população do semiárido da região.

Ele apontou a falta de planejamento governamental a longo prazo, que direciona maciços investimentos para as Regiões Sul e Sudeste, e reserva para o Nordeste “a caridade de algumas obras contra a seca”.

O senador disse que



não é contra qualquer medida técnica e financeira para solução da crise hídrica, mas cobrou maior proporcionalidade de empenhos para resolver a escassez de água no Nordeste.

— Temos condições de encontrarmos os caminhos através da tecnologia, dos investimentos maciços, dos projetos com seriedade, para termos uma convivência com a seca. Ela é normal e natural, outros países que têm desertos, que têm geleiras, que têm também “Nordeste” convivem — afirmou.

## Eunício Oliveira pede agilidade nas obras de irrigação no Ceará

Eunício Oliveira (PMDB-CE) alertou para os efeitos da seca sobre a população do semiárido nordestino. Segundo ele, a situação pode piorar por causa do fenômeno El Niño e da falta de planejamento do governo.

Os 153 açudes vistoriados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará chegaram ao nível mais baixo em 21 anos, sendo que 27 estão secos e 40, no volume morto.

Eunício denunciou a paralisação de obras e a falta de planos emergenciais para minimizar os efeitos da seca.



— A principal obra hídrica do estado, o Cinturão das Águas, parou sob a desculpa de falta de verbas. A primeira fase deveria estar pronta desde o ano passado. Em Icó, está parada a construção do canal de transferência de água do Açude Lima Campos para as áreas do perímetro irrigado, obra prometida há mais de 15 anos — ressaltou.

O senador lamentou que o governo cearense, além de não concluir obras para minimizar os efeitos da seca, aumente os impostos, o que gera mais insatisfação.

## Cássio comunica sessão temática sobre estiagem no Nordeste

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) destacou ontem em discurso a sessão temática que será realizada no Plenário, em 3 de

dezembro, para debater os problemas decorrentes da seca no Nordeste.

O senador disse que a região já está com açudes e mananciais comprometidos pela estiagem que atinge a região. De acordo com Cássio, nos próximos dez dias, se não chover, o lago da represa de Sobradinho vai secar, assim como outros reservatórios que abastecem o semiárido nordestino.

Entre as soluções para



combater a seca, o parlamentar defendeu a transposição de rios para a interligação de bacias hidrográficas, a perfuração de poços e a redução do desperdício de água.

— Essa é a convocação que estou fazendo a toda a sociedade. É um movimento suprapartidário. Não há disputa política. Temos que nos unir, temos que chamar a todos para que possamos nos debruçar sobre esse tema e garantir naturalmente uma solução emergencial para essa grave situação — ressaltou.